



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,07% São Paulo	141.708 141.682 9/10 10/10 13/10 14/10	R\$ 5,470 (+ 0,14 %)	8/outubro 5,344 9/outubro 5,375 10/outubro 5,503 13/outubro 5,462	R\$ 1.518	14,90%	14,91%	Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11

ENERGIA

Apagão teve causa pontual, diz ministro

Um pequeno incêndio ocorrido em uma usina no Paraná provocou a interrupção de energia em cidades de todas as regiões

» RAPHAEL PATI

Um incêndio no reator de uma usina da Eletrobras no Paraná provocou, na madrugada de ontem, falta de energia em todos os estados do país. O episódio, ocorrido na cidade de Bateias, a 30 km de Curitiba, ainda deve ser investigado, mas as primeiras conclusões são de uma falha pontual na infraestrutura da subestação, com uma provável abundância de geração energética durante a noite.

A interrupção no sistema ocorreu por volta das 00h30, no horário de Brasília, e o serviço foi restabelecido cerca de uma hora e meia depois. Em nota, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) confirmou que o corte provocou a interrupção de cerca de 10 mil MW (megawatts) de carga e afetou os quatro subsistemas do país: Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e Norte. “Na região Sul houve perda de aproximadamente 1.600 MW de carga. Nas demais regiões, houve atuação do ERAC- Esquema Regional de Alívio de Carga. No Nordeste a interrupção foi da ordem de 1.900 MW, no Norte, de 1.600 MW e no Sudeste, de 4.800 MW”, informou.

Após identificar o incidente, o ONS iniciou uma ação conjunta com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Ministério de Minas e Energia (MME) para restabelecer a energia nas regiões. De acordo com o operador, o retorno dos equipamentos e a recomposição das cargas ocorreu sem maiores problemas. Em até 1h30min, todas as cargas das regiões Norte, Nordeste, Sudeste/Centro-Oeste já haviam sido restabelecidas, enquanto que as da região Sul foram recompostas totalmente por volta de 2h30min após a interrupção.

Representantes do ONS se reuniram com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para discutir sobre o apagão. Durante o encontro, foi apresentada a análise inicial das possíveis causas do

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Segundo Alexandre Silveira, ao contrário dos episódios ocorridos em 2001 e em 2021, o país tem, hoje, excesso de produção energética

incidente, que vão servir como base para a elaboração do Relatório de Análise de Perturbação (RAP), que além de identificar as causas, ainda aponta as ações necessárias para evitar novos eventos como esse. Os estados mais atingidos pelo apagão foram São Paulo (2,6 GW), seguido por Minas Gerais (1,2 GW), Rio de Janeiro (900 MW) e Paraná (900 MW). Em cerca de uma hora e meia, o sistema já estava praticamente normalizado.

No Distrito Federal, 35% dos clientes da capital foram afetados

pela interrupção no fornecimento e as regiões administrativas ficaram sem energia por pouco mais de meia hora, de acordo com a Neoenergia Brasília. Até às 1h06 da manhã, o fornecimento de energia na capital já estava normalizado.

De acordo com uma nota publicada ontem pelo ministério após o encontro, os agentes concluíram que não houve falta de energia como causa para a interrupção do sistema. Os representantes apontam falha técnica pontual em

um equipamento da subestação, havendo abundância de geração energética naquele período. O RAP deve ser concluído em até 30 dias, com possíveis atualizações sobre o tema podendo ser divulgadas antes disso.

Em entrevista ao programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), na manhã de ontem, Silveira reforçou que não houve falta de energia. “É um problema na infraestrutura que transmite a energia”, pontuou. Durante o programa, o ministro lembrou dos

episódios de 2001 e 2021, quando os apagões ocorreram por falta de energia no sistema, e disse que a situação atual é diferente.

“Hoje, nós temos muita energia. Nós, inclusive, robustecemos o nosso sistema de transmissão com mais de 70 milhões de linhas de transmissão que implantamos”, disse. “Então, nós temos mais segurança energética, mas é um episódio pontual que o ONS deu pronta resposta, graças ao moderno sistema do nosso operador nacional”.

Sem horário de verão

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, descartou a adoção do horário de verão em 2025. De acordo com o chefe da pasta, a equipe responsável pelas análises chegou à conclusão de que o país está em condição de segurança energética completa e absoluta para este ano, em virtude do planejamento e do índice pluviual dos últimos anos.

“Nós estamos completamente seguros que nós não precisamos do horário de verão este ano”, frisou o ministro, sem, no entanto, garantir que o mesmo ocorrerá em 2026. “É o que eu sempre disse, desde o início da minha gestão, o que não pode faltar é energia para o povo brasileiro. Por isso, nós teríamos a coragem completa e absoluta, caso fosse necessário, independente das opiniões e das controvérsias sobre o horário de verão. Nós teremos a coragem de implementá-lo caso necessário”, disse, durante o programa Bom Dia, Ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Silveira destacou que o Brasil aumenta o investimento na produção de energias renováveis, como a eólica, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, e também no norte de Minas Gerais. Disse que o governo tem expectativa de lançar, ainda este ano, um leilão de baterias, com o objetivo de armazenar o vento. “O vento vai ser armazenado através das baterias, estendendo a vida útil da energia produzida pelos nossos cataventos, pelas nossas usinas eólicas e vai armazenar, o sol vai ser estendido. Ou seja, o sol que se põe às 6h30 e a energia solar que tem picos de produção muito alta ao longo do dia, nós vamos através da bateria, ter o sol até às 22h armazenado, a energia solar armazenada em baterias”, destacou. (RP)

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Para FMI, PIB vai crescer 2,4%

» LETÍCIA CORRÊA*

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou, ontem, a revisão da projeção econômica global, feita pela última vez em julho deste ano. Para o Brasil, o relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, em inglês), elevou levemente a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, de 2,3% para 2,4%. Para o ano que vem, no entanto, houve redução na previsão, que em julho estava em 2,1%, para 1,9%.

O economista Fabrício Lacerda, do BTG, acredita que os dados de 2025 foram realistas, porém, os de 2026 foram conservadores. “Em 2025 o PIB de fato tende a ter esse tipo de resultado e foi impactado, minimamente, pela política de tarifas do governo Trump, contudo, para 2026 não compartilho dessa projeção. Acredito que existem variáveis que o FMI desconsiderou nesse cálculo. A mais importante

delas é que 2026 será ano eleitoral e historicamente, os gastos do governo são maiores que a média dos anos anteriores, impulsionando o PIB”, afirmou.

Já o economista da Armada Asset, Marcos Hanna, ressalta que as revisões e os dados são realistas. “O Brasil, com crescimento do PIB projetado para 2,4% em 2025 e 1,9% em 2026 fica abaixo da média de crescimento projetada para os emergentes (4,2% em 2025 e 4,0% em 2026). Apesar de posuirmos um mercado de trabalho que se mantém em patamar saudável e aquecido, há uma dependência grande da informalidade (40%), pouca inovação e burocracia excessiva, resultando em baixa produtividade (diferente de outros emergentes como Índia e China). A baixa produtividade somada à política monetária restritiva e, principalmente, ao cenário externo instável e imprevisível, tornam realista a posição menos favorável do Brasil

diante de outros emergentes. A dependência do Brasil por commodities voláteis o deixa mais vulnerável à instabilidade política e comercial observada hoje no mundo”, explicou.

“A meu ver, haveria espaço para mais pessimismo tendo em vista o ambiente fiscal desorganizado e incerto que temos atualmente e a dificuldade diplomática que o Brasil vem tendo com parceiros relevantes como os Estados Unidos. O avanço da reforma tributária trará atrito para as empresas com a transição gradual que se inicia em 2026 e a constante tentativa do governo de elevar a carga tributária afasta novos investimentos na economia real”, concluiu.

O documento revela que o tarifaço de Trump, de modo geral, teve efeitos mais brandos do que o esperado anteriormente.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

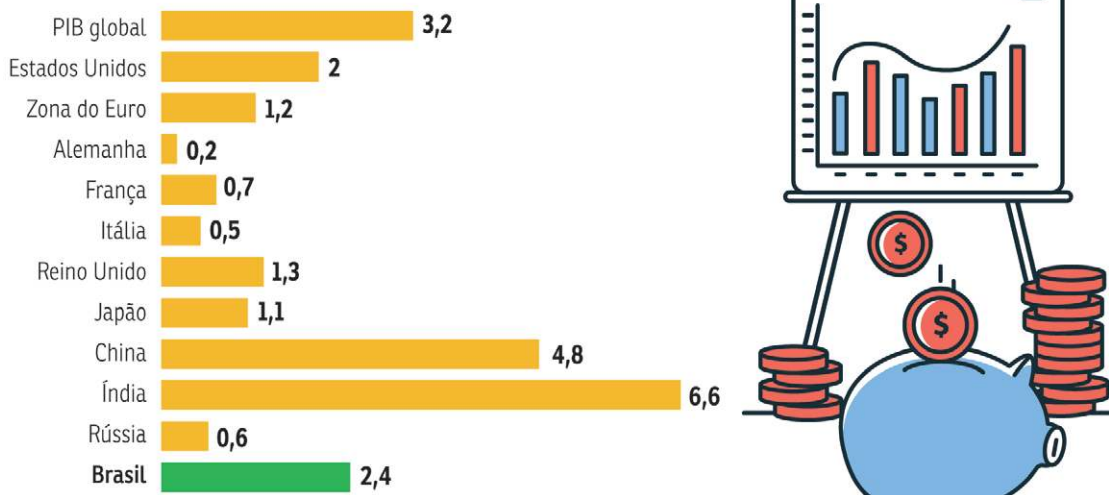
Novas projeções

Fundo eleva ligeiramente a previsão de crescimento do Brasil para este ano e diminui a do próximo – Em %

Crescimento econômico	2025	2026
Projeção anterior	2,3%	2,1%
Projeção atual	2,4%	1,9%

ESTIMATIVAS PARA O MUNDO EM 2025 – Em %

Brasil está abaixo da média mundial, que foi puxada, principalmente, por Índia e China



Fonte: FMI

